

Balanço Patrimonial

EM 31/12/2017 E 31/12/2016

Ativo	2017	2016
CIRCULANTE	770.725.738	698.401.467
DISPONIBILIDADES (NOTA 4)	3.706.490	2.033.876
RELACIONES INTERFINANCEIRAS (NOTA 5)	353.724.848	314.599.611
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS	231.427.061	213.918.188
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	122.297.787	100.681.423
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	412.429.231	380.813.407
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	440.070.564	405.499.011
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(27.641.333)	(24.685.604)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 7)	460.206	482.092
AVAVIS E FIANÇAS HONRADOS	101.602	44.417
(-) PREVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(48.331)	(22.002)
RENDAS A RECEBER	60.997	114.984
DIVERSOS	345.938	344.693
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 8)	404.963	472.481
DESPESAS ANTECIPADAS	356.100	444.009
MATERIAL EM ESTOQUE	48.863	28.472
NÃO CIRCULANTE	101.126.211	64.155.054
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	60.252.494	25.917.407
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	59.332.140	24.997.053
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	64.602.081	26.944.219
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(5.269.941)	(1.947.166)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 7)	920.354	920.354
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA	921.785	921.785
(-) PREV. OUTRAS CRED. SEM CARAC. CONC. CRÉDITO	(1.431)	(1.431)
INVESTIMENTOS (NOTA 9)	23.663.562	20.775.426
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	23.631.780	20.743.576
OUTROS INVESTIMENTOS / PARTICIPAÇÕES	31.782	31.850
IMOBILIZADO (NOTA 10)	16.098.238	15.941.401
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	-	961.965
IMÓVEIS DE USO	11.440.985	10.167.775
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	11.242.753	9.334.662
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(6.585.500)	(4.523.001)
INTANGÍVEL (NOTA 10)	1.111.917	1.520.820
ATIVOS INTANGÍVEIS	3.515.579	3.316.173
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.403.662)	(1.795.353)
TOTAL DO ATIVO	871.851.949	762.556.521

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Passivo + Patrimônio Líquido	2017	2016
CIRCULANTE	501.037.307	453.903.119
DEPÓSITOS (NOTA 11)	212.684.447	169.022.633
DEPÓSITOS A VISTA	75.651.472	62.819.157
DEPÓSITOS A PRAZO	137.032.975	106.203.476
REC. DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 12)	127.632.820	130.877.285
OBRIG. POR EMISSÃO DE LETRAS CRÉDITO AGR.	127.632.820	130.877.285
RELACIONES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	117.199.457	114.404.742
REPASSES INTERFINANCEIROS	117.199.457	114.404.742
RELACIONES INTERDEPENDÊNCIAS (NOTA 14)	15.080.335	15.496.120
ORDENS DE PAGAMENTO	15.080.335	15.496.120
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	28.440.248	24.102.339
COB. E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEM.	167.771	48.616
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	19.797.804	17.508.503
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	3.323.584	3.179.682
PREVISÃO P/ GARANTIAS FINANCEIRA PRESTADAS	1.660.950	-
DIVERSAS	3.490.139	3.365.538
NÃO CIRCULANTE	1.914.120	3.026.509
PREVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS (NOTA 16)	1.914.120	3.026.509
PIS - DEPÓSITO JUDICIAL	285.918	275.594
COFINS - DEPÓSITO JUDICIAL	920.353	920.353
PROVISÃO PARA GARANTIAS PRESTADAS	-	1.152.129
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	707.849	678.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18)	368.900.522	305.626.893
CAPITAL	250.480.329	209.377.801
DE DOMICILIADOS NO PAÍS	251.248.521	209.765.384
(-) CAPITAL A REALIZAR	(768.192)	(387.583)
RESERVAS DE SOBRAS	118.420.193	96.249.092
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	871.851.949	762.556.521

RIO VERDE - GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2017



Demonstração do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017
E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 (EM R\$)

Discriminação	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	59.271.637	114.755.629	98.480.158
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 21)	59.096.279	104.118.386	94.217.707
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5.175.358	10.637.243	4.262.451
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(16.187.434)	(47.445.169)	(52.320.800)
OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO (NOTA 11)	(11.271.383)	(25.096.071)	(31.740.840)
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(4.692.022)	(8.568.936)	(7.522.745)
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(224.029)	(13.780.162)	(13.057.215)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	43.084.203	67.310.460	46.159.358
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(19.526.817)	(10.111.661)	2.802.015
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.459.184	2.549.594	1.932.480
RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS	562.166	1.049.986	958.519
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS (NOTA 22)	13.564.609	36.654.261	46.083.153
DESPESAS DE PESSOAL	(8.762.276)	(16.566.698)	(14.701.685)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(6.905.880)	(14.007.680)	(12.760.137)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(172.560)	(334.687)	(292.924)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (NOTA 23)	(3.105.451)	(3.289.828)	(2.625.278)
DESPESA DE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	(16.166.609)	(16.166.609)	(15.792.113)
RESULTADO OPERACIONAL	23.557.386	57.198.799	48.961.373
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 24)	9.804	34.852	(2.638)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	23.567.190	57.233.651	48.958.735
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(286.737)	(465.391)	(260.211)
PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - P.P.R.	(1.748.188)	(1.748.188)	(1.545.224)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO (CIRCULAR BACEN 2.739)	16.166.609	16.166.609	15.792.113
SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS)	37.698.874	71.186.681	62.945.413

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

RIO VERDE - GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício (sobras e perdas)

EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (EM R\$)

Descrição	2017	2016
1. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.186.681	62.945.413
2. REVERSÕES		
2.1. LEGAIS/ESTATUTÁRIAS		
- UTILIZAÇÃO DO FATES (TREINAMENTO, EVENTOS)	1.082.159	936.669
- RESULTADO COM TERCEIROS (AO FATES)	(1.265.941)	(1.062.164)
- RENDAS NÃO OPERACIONAIS ART. 76 INC.II	(54.497)	(8.507)
- JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	(16.166.609)	(15.792.113)
SUB TOTAIS	54.781.793	47.019.298
SOBRAS LÍQUIDAS A DESTINAR	54.781.793	47.019.298
3. DESTINAÇÕES		
3.1. FUNDO DE RESERVA		
30% DAS SOBRAS (ART. 72 INC.I) ESTATUTO AGE 2015	-	(14.105.789)
35% DAS SOBRAS (ART. 74 INC.I) ESTATUTO AGE 2017	(19.173.628)	-
3.2. FATES		
5% DAS SOBRAS (ART. 72 INC.II) ESTATUTO AGE 2015	-	(2.350.965)
5% DAS SOBRAS (ART. 74 INC.II) ESTATUTO AGE 2017	(2.739.090)	-
3.3. FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		
65% DAS SOBRAS (ART. 72 INC.III) ESTATUTO AGE 2015	-	(30.562.543)
60% DAS SOBRAS (ART. 74 INC.III) ESTATUTO AGE 2017	(32.869.076)	-

RIO VERDE - GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2017



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (EM R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	ESTATUTÁRIA F.A.C		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2016	169.876.204	51.344.214	24.790.936	0	246.011.354
REVERSÕES DE RESERVAS					
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- POR INCORPORAÇÃO DE SOBRAS					
- POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS	24.595.940		(24.790.936)		(194.996)
- POR INTEGRALIZAÇÕES	7.577.424				7.577.424
- INCORPORAÇÕES DE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	15.665.053			(15.792.113)	(127.060)
OUTROS EVENTOS:					
- RETIRADA DE CAPITAL	(6.061.801)				(6.061.801)
- IRRF SOBRE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	(2.275.018)				(2.275.018)
- RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO SUPORTADO PELO FUNLIQ		228.039			228.039
- RENDAS NÃO OPERACIONAIS		8.507		(8.507)	
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				62.945.413	62.945.413
AJUSTES DO FATES				(125.496)	(125.496)
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(2.350.965)	(2.350.965)
- RESERVA LEGAL		14.105.789		(14.105.789)	
- FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL (F.A.C.)			30.562.543	(30.562.543)	
- OUTROS (ESPECIFICAR)					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	209.377.801	65.686.549	30.562.543	(0)	305.626.893
MUTAÇÕES NO PERÍODO	39.501.597	14.342.335	5.771.607	(0)	59.615.539
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2017	209.377.801	65.686.549	30.562.543	(0)	305.626.893
REVERSÕES DE RESERVAS					
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- POR INCORPORAÇÃO DE SOBRAS					
- POR INCORPORAÇÃO DE RESERVAS	30.388.353		(30.562.543)		(174.191)
- POR INTEGRALIZAÇÕES	9.286.558				9.286.558
- INCORPORAÇÕES DE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	15.999.704			(16.166.609)	(166.905)
OUTROS EVENTOS:					
- RETIRADA DE CAPITAL	(12.280.931)				(12.280.931)
- IRRF SOBRE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	(2.291.155)				(2.291.155)
- RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO SUPORTADO PELO FUNLIQ		636.443			636.443
- RENDAS NÃO OPERACIONAIS		54.497		(54.497)	
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				71.186.681	71.186.681
AJUSTES DO FATES				(183.782)	(183.782)
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(2.739.090)	(2.739.090)
- RESERVA LEGAL		19.173.628		(19.173.628)	
- FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL (F.A.C.)			32.869.076	(32.869.076)	
- OUTROS (ESPECIFICAR)					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	250.480.329	85.551.117	32.869.076	(0)	368.900.522
MUTAÇÕES NO PERÍODO	41.102.529	19.864.568	2.306.532	(0)	63.273.629

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

RIO VERDE - GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 (EM R\$)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º SEMESTRE 2017	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	23.567.190	57.233.651	48.958.735
AJUSTES AS SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS: (NÃO AFETARAM O CAIXA)	15.185.378	16.032.818	15.993.907
DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	1.053.694	2.079.788	2.007.229
OUTROS AJUSTES.....	14.131.684	13.953.030	13.986.678
VARIACÕES PATRIMONIAIS: (AFETARAM O RESULTADO/RECEITAS E DESPESAS)	(89.451.198)	(41.456.071)	(40.556.095)
RELACIONES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS.....	33.290.454	2.378.930	2.174.039
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(79.375.883)	(65.950.910)	5.708.281
OUTROS CRÉDITOS.....	268.986	21.887	738.490
OUTROS VALORES E BENS.....	143.769	67.519	(241.203)
DEPÓSITOS	(45.366.948)	40.417.349	48.681.797
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.434.409	3.225.520	3.439.413
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(50.698.630)	31.810.398	24.396.548
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
ALIENAÇÃO E BAIXA DE IMOBILIZADO DE USO.....	15.594	28.485	12.011
AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	(1.325.131)	(2.888.136)	(3.961.961)
AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO DE USO.....	(1.390.706)	(1.656.802)	(3.633.536)
APLICAÇÃO NO INTANGÍVEL.....	(45.752)	(199.406)	(423.495)
OUTROS AJUSTES.....	-	-	(66.944)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.745.995)	(4.715.859)	(8.073.926)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
VARIACÕES PATRIMONIAIS:	(6.447.754)	(7.913.052)	(3.329.874)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAPITAL.....	(3.716.785)	(5.626.624)	(1.081.452)
RESERVAS DE SOBRAS.....	431.394	636.443	228.039
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS.....	(3.162.363)	(2.922.871)	(2.476.460)
DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO.....	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.447.754)	(7.913.052)	(3.329.874)
TOTAL DO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	(59.892.378)	19.181.487	12.992.748
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	(59.892.378)	19.181.487	12.992.748
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO.....	295.025.930	215.952.064	202.959.316
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO.....	235.133.551	235.133.551	215.952.064

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

RIO VERDE - GO, 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (EM R\$)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural é uma cooperativa singular com sede na cidade de Rio Verde - GO, Instituição Financeira não bancária, fundada em 18/08/1988, integrante do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Goiás - Sicoob Goiás Central e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A. É componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Credi-Rural possui Postos de Atendimentos - PA's nos municípios de Rio Verde, Jataí, Acreúna, Paraúna, Montividiu, Indiara, Santa Helena de Goiás, Iporá, São Luís de Montes Belos, Caiapônia, Edéia, Catalão e Jandaia. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Amorinópolis, Anicuns, Aporé, Baliza, Aragarças, Arenópolis, Bom Jardim, Bom Jesus de Goiás, Castelândia, Cezarina, Chapadão do Céu, Diorama, Doverlândia, Edealina, Firminópolis, Goiatuba, Ivolândia, Maurilândia, Montes Claros de Goiás, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Piranhas, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna, Serranópolis, Turvelândia, e outros municípios que vierem ser desmembrados dos ora citados.

O Sicoob Credi-Rural é constituído com o objetivo precípua de:

- * Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados;
- * Estimular a pesquisa e promover as atividades de proveito econômico de seus associados;
- * Proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a qualidade e a produtividade em suas atividades de proveito econômico;
- * Promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados e familiares e dos empregados da Cooperativa;
- * Prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22/01/2018.

b) Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretaciones foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

CPC nº	Assunto	Resolução CMN
00 (R1)	Estrutura Conceitual Básica	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/2008
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Eventos Subsequentes	3.973/2011
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
33	Benefícios a Empregados	4.424/2015

d) Em face de ausência de disposições normativas exaradas pelo Banco Central do Brasil deixamos de observar conceitos e terminologia própria das sociedades cooperativas estabelecidas na NBC-T 10.8.

NOTA 03 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a - Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionaisizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c - Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d - Provisão para Perdas em Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). Assim, as provisões cobrem:

- " 100% (cem por cento) das operações de crédito vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- " 100% (cem por cento) dos adiantamentos a depositantes não cobertos há mais de 30 (trinta) dias, conforme Resolução do Sicoob Confederação nº. 30;
- " Percentual variável sobre os créditos de curso normal e anormal, conforme preconizado na Nota 6, letra "b".

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as vencidas e não pagas há mais de 180 (cento e oitenta) dias são classificadas como de risco nível H, sendo constituída provisão para perdas de 100% (cem por cento) dos respectivos valores. Após 6 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações são baixadas contra a provisão existente, transferidas para prejuízo, sendo controladas no grupo de contas de compensação.

Os Adiantamentos a Depositantes estão sendo transferidos para o prejuízo, controlados no grupo de contas de compensação, de acordo com os prazos estabelecidos pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

As receitas oriundas das operações vencidas há mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como realizadas quando efetivamente recebidas.

Também está sendo constituída a provisão para perdas da Carteira de Repasse e Cartão de Crédito de acordo com nível de risco do associado, conforme percentual estabelecido pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

e - Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f - Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g - Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h - Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.



i - Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j - Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k - Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l - Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

n - Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores no longo prazo (não circulante).

o - Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

p - Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2017.

NOTA 04 - DISPONIBILIDADES

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

DISPONIBILIDADES	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	3.706.490	1.914.503
Depósitos Bancários	-	119.372
TOTAL	3.706.490	2.033.876

NOTA 05 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Ligadas (b)	113.532.678	100.681.423
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Não Ligadas (b)	8.765.109	-
Centralização Financeira (a)	231.427.061	213.918.188
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVA	353.724.848	314.599.611

(a) Referem-se aos valores da centralização financeira mantidos no SICOOB GOIÁS CENTRAL, em rubrica específica, em cumprimento à Circular BACEN 3.238 de 17/05/2004.



(b) Os valores das aplicações, em Depósitos Interfinanceiros Ligadas são aplicações diretas junto ao Bancoob, em comum acordo com o Sicoob Goiás Central para lastros das LCA - Letra de Crédito do Agronegócio. Os Depósitos Interfinanceiros Não Ligadas são aplicações junto ao Banco do Brasil, necessários para manter a conta corrente aberta para prestação dos serviços de depósitos de numerários excedentes dos PA's Edéia, Caiapônia e Jandaia, pois estas localidades possuem agências do Banco do Brasil, mas não tem o órgão recebedor de numerários denominado SERET.

NOTA 06 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por modalidade no curto e longo prazo:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	295.684	-	295.684	272.605
Empréstimos	144.811.738	9.618.363	154.430.101	150.365.580
Títulos Descontados	7.635.584	-	7.635.584	8.602.043
Financiamentos	25.287.440	30.699.834	55.987.274	45.803.351
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	262.040.118	24.283.884	286.324.002	227.399.650
(-) Provisões para Operações de Crédito	(27.641.333)	(5.269.941)	(32.911.274)	(26.632.769)
TOTAL	412.429.231	59.332.140	471.761.371	405.810.460

b) Composição por tipo de operações e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	796.594	-	-	-	796.594	-	59.846	-
A	0,5%	Normal	5.017.855	157.430	1.135.866	10.335.091	16.646.243	(83.231)	14.941.325	(74.707)
B	1%	Normal	80.694.517	3.581.890	43.689.309	232.471.975	360.437.691	(3.604.377)	306.065.221	(3.060.652)
B	1%	Vencidas	-	1	-	-	1	-	-	-
C	3%	Normal	31.487.424	2.354.738	7.729.281	37.624.715	79.196.158	(2.375.885)	60.530.471	(1.815.914)
C	3%	Vencidas	-	9.961	-	34.174	44.135	(1.324)	483.759	(14.514)
D	10%	Normal	4.349.513	541.397	218.074	3.878.089	8.987.073	(898.707)	13.687.684	(1.368.768)
D	10%	Vencidas	9.091	8.869	-	-	17.960	(1.796)	625.090	(62.509)
E	30%	Normal	630.768	184.481	-	119.660	934.909	(280.473)	11.358.389	(3.407.517)
E	30%	Vencidas	777.697	26.138	-	-	803.835	(241.150)	2.997.953	(899.386)
F	50%	Normal	13.210.455	213.971	1.049.846	491.396	14.965.668	(7.482.834)	9.290.391	(4.645.196)
F	50%	Vencidas	187.086	33.642	-	144.765	365.492	(182.746)	378.292	(189.146)
G	70%	Normal	10.792.702	183.655	1.062.584	67.753	12.106.694	(8.474.686)	2.938.318	(2.056.823)
G	70%	Vencidas	248.945	5.445	-	32.702	287.091	(200.964)	162.842	(113.989)
H	100%	Normal	774.551	184.541	464.013	187.265	1.610.369	(1.610.369)	2.954.364	(2.954.364)
H	100%	Vencidas	5.811.844	86.169	638.301	936.417	7.472.732	(7.472.732)	5.969.284	(5.969.284)
Total Normal			147.754.379	7.402.103	55.348.973	285.175.944	495.681.399	(24.810.562)	421.826.009	(19.383.941)
Total Vencidos			7.034.663	170.225	638.301	1.148.058	8.991.246	(8.100.712)	10.617.220	(7.248.828)
Total Geral			154.789.042	7.572.328	55.987.24	286.324.002	504.672.645	(32.911.274)	432.443.229	(26.632.769)
Provisões			(23.649.375)	(752.645)	(3.067.304)	(5.441.950)	(32.911.274)		(26.632.769)	
Total Líquido			131.139.667	6.819.683	52.919.970	280.882.052	471.761.371		405.810.460	

c) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	61.166.180	76.368.914	9.618.363	147.153.457
Financiamentos	5.549.613	19.737.827	30.699.834	55.987.274
Financiamentos Rurais	111.484.824	150.555.294	24.283.884	286.324.002
TOTAL	178.200.617	246.662.035	64.602.081	489.464.733

d) Composição da Carteira de Crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	309.708	2.260.375	331.956	-	2.902.039	1%
Setor Privado - Serviços	848.960	12.199.460	2.596.891	485.763	16.131.074	3%
Pessoa Física	6.398.222	186.534.840	4.647.560	285.775.624	483.356.246	96%
Outros	15.438	2.146.055	59.177	62.616	2.283.286	0%
TOTAL	7.572.328	203.140.730	7.635.584	286.324.003	504.672.645	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	10.539.388	2,00%	8.140.605	2,00%
10 Maiores Devedores	66.561.846	13,00%	50.467.258	12,00%
50 Maiores Devedores	171.400.337	34,00%	134.033.793	31,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Operação	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no Início do Período	13.479.567	9.033.066
Recebimento	2.912.591	(728.382)
Baixa como Prejuízo	2.342.974	863.598
Saldo no Final do Período	12.909.950	9.168.281

g) Operações Renegociadas:

Operações Renegociadas	31/12/2017
Saldo das Operações Renegociadas	5.485.739
Operações Renegociadas	5.912.036
(-) Rendas a Apropriar de Operações Renegociadas	(426.297)

NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	460.206	482.092
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	101.602	44.417
Rendas a Receber	60.997	114.984
Diversos	345.938	344.693
Adiantamentos e Antecipações Salariais	99.921	86.298
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	-	50
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	12.500	104.126
Títulos e Créditos a Receber	7.959	5.574
Devedores Diversos	225.558	148.645
(-) Provisão para Outros Créditos	(48.331)	(22.002)
Não Circulante	920.354	920.354
Devedores por Depósito em Garantia (b)	920.354	920.354
Outros	1.431	1.431
(-) Prov. p/ Outros Créditos - s/ características concessão de crédito	(1.431)	(1.431)
TOTAL	1.380.560	1.402.446

(a) Correspondem aos valores de cartões de crédito honrados pela cooperativa quando não há a liquidação pelo associado. Essas operações compõem a carteira de crédito da cooperativa e são registradas em nome do associado devedor. Foi constituída provisão para perda sobre essas operações no montante de R\$ 48.331 (quarenta e oito mil trezentos e trinta e um reais), com base no nível de risco dos associados devedores, com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) O saldo refere-se, exclusivamente, aos depósitos judiciais vinculados à ação movida pela cooperativa contra a Receita Federal em contestação à intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre ato cooperativo, que tramita nas esferas competentes.

NOTA 08 - OUTROS VALORES E BENS

Refere-se a despesas a incorrer em exercícios futuros, tais como: prêmios de seguros, materiais em estoque e outros.

CONTA	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	356.100	444.009
Material em Estoque	48.863	28.472
TOTAL	404.963	472.481

NOTA 09 - INVESTIMENTOS

O saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estava composto da seguinte forma:

CONTA	31/12/2017	31/12/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito (a)	9.826.848	8.938.426
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito (b)	13.804.932	11.805.150
Outros Investimentos/Participações	31.782	31.850
TOTAL	23.663.562	20.775.426

(a) Refere-se à participação no capital social da Cooperativa Central de Crédito de Goiás - Sicoob Goiás Central, equivalente à 9.826.848 (nove milhões, oitocentos e vinte seis mil, oitocentos e quarenta e oito) cotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

(b) Refere-se às 7.491.940 (sete milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e quarenta) ações, do Tipo PN, do BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil S/A.

NOTA 10 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações foram apuradas pelo método linear, considerando a vida útil estimada para cada bem, observados os limites e taxas anuais admitidos pela legislação tributária vigente. As imobilizações em curso são registradas pelos custos já incorridos.

CONTAS	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2017	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2016	TAXA DEPRECIAÇÃO a.a.%
Imobilizações em Curso	-	-	-	961.965	-
Imóveis de Uso	11.440.985	(915.169)	10.525.816	10.167.775	4
Outros Gastos	127.950	(2.133)	125.817	-	20
Instalações	3.097.872	(878.828)	2.219.044	1.944.359	10
Aparelhos de Refrigeração	498.294	(229.528)	268.766	286.131	10
Máquinas e Equipamentos	518.940	(119.859)	399.081	168.220	10
Mobiliário	1.255.025	(577.080)	677.945	693.507	10
Sistema de Comunicação	202.985	(57.779)	145.206	161.060	10 e 20
Sist. Proces. de Dados	4.148.282	(3.072.909)	1.075.373	911.023	20
Sist. Vigil. Segurança	598.892	(226.380)	372.512	343.523	10
Sistema de Transportes	794.513	(505.835)	288.678	303.839	20
TOTAL	22.683.738	(6.585.500)	16.098.238	15.941.401	***

b) Intangível

CONTAS	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2017	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2016	TAXA AMORTIZAÇÃO a.a%
Ativos Intangíveis	3.515.579	(2.403.662)	1.111.917	1.520.820	10

Os Direitos de Uso de Software são contabilizados em ativos intangíveis e suas amortizações realizadas ao longo de sua vida útil.

c) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração entende que não há necessidade de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

- I) Dos investimentos não circulantes, avaliados ao custo por não estarem sujeitos ao MEP, 58,34% são representados por ações do BANCOOB, inexistindo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis, haja vista o valor patrimonial da ação em 31/12/2017 ser de R\$ 2,04 (dois reais e quatro centavos), enquanto que o custo médio de aquisição das ações corresponde a R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), e 41,53% são representados por cotas da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que apresenta situação patrimonial sólida e com alta liquidez.
- II) No imobilizado, o teste aplicado nos terrenos, edificações e veículos, ocorre anualmente, ao final do exercício, não tendo sido constatado valor de mercado inferior àqueles registrados na contabilidade.
- III) Ressalta-se, por fim, que o somatório desses ativos representa 4,69% dos Ativos Totais em 31 de dezembro de 2017, o que demonstra que eventual provisão para perda não impactaria, significativamente as demonstrações contábeis da cooperativa.

NOTA 11 - DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios, conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis. Já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que o valor futuro, na data do demonstrativo contábil está apresentado líquido das rendas a apropriar.

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à vista	75.651.472	62.819.157
Depósito à prazo	137.032.975	106.203.476
TOTAL	212.684.447	169.022.633

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	26.176.774	12,00%	15.629.963	8,00%
10 Maiores Depositantes	88.795.380	39,00%	45.863.335	25,00%
50 Maiores Depositantes	163.383.397	72,00%	80.810.840	44,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	(14.700.470)	(18.449.993)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(9.814.358)	(12.758.251)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(581.243)	(532.596)
TOTAL	(25.096.071)	(31.740.840)

NOTA 12 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) que foram emitidas pela Credi-Rural com o prazo de até 12 (doze) meses. São títulos vinculados a direitos creditórios (garantia) originários do agronegócio, mantidos na carteira da própria Cooperativa, e de exigibilidade imediata. Todas LCA's, assim como seus direitos creditórios, estão de acordo com as regras do sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	31/12/2017	31/12/2016
LCA - Juros variáveis	Juros anuais de 84%, 88% e 92% do CDI	127.632.820	130.877.285



NOTA 13 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Repasses Interfinanceiros

Refere-se a recursos obtidos junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados por meio de operações de financiamentos de custeio e investimento rural. Os repasses aos associados não são acrescidos de comissão de intermediação, sendo que o montante captado foi repassado nas mesmas condições da captação, conforme discriminação a seguir:

OPERAÇÕES DE REPASSES - Classificadas no Passivo Circulante

Origem do Recurso	Ano da Operação	Valor da Operação	Taxa de Juros	Vencimento do Contrato	Saldo Devedor em 31/12/2017
Bancoob	2013	10.000.000	5,50%	2018	2.036.966
Bancoob	2017	49.763.000	8,50%	2018	53.160.840
Bancoob	2017	54.350.000	9,50%	2018 e 2022	58.648.717
Bancoob	2017	279.130	10,40%	2019 a 2022	252.826
Bancoob	2017	6.322.365	10,80%	2018 a 2022	6.281.704
Recursos do Bancoob					120.381.053
Despesas a Apropriar					(3.181.596)
Repasses Interfinanceiros					117.199.457

As garantias prestadas nessas operações são representadas por avais da própria Diretoria Executiva.

NOTA 14 - RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAIS

O valor de R\$ 15.080.335 (quinze milhões, oitenta mil, trezentos e trinta e cinco reais) refere-se a recursos dos associados da cooperativa, movimentados por meio de ordens de pagamento, que não foram compensados até a data de 31/12/2017.

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	167.771	48.616
Sociais e Estatutárias	19.797.804	17.508.503
Fiscais e Previdenciárias	3.323.584	3.179.682
Provisão para Garantias Prestadas	1.660.950	-
Diversas	3.490.139	3.365.538
TOTAL	28.440.248	24.102.339

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Referem-se à retenção de Imposto sobre Operações Financeiras (operações de crédito e aplicações financeiras).

IOF a Recolher	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	160.052	29.652
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.719	18.964
TOTAL	167.771	48.616

b) Sociais e Estatutárias

I - FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES

Atendendo à determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES encontra-se registrado no Passivo Circulante, apresentando um saldo de R\$ 14.241.792 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais), tendo sido constituído conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	11.318.920	8.842.460
Utilização no Período	(1.082.159)	(936.669)
Destinação conforme Estatuto Social	2.739.090	2.350.965
Destinação Resultado com Terceiros	1.265.941	1.062.164
Saldo no final do período	14.241.792	11.318.920

Apesar da decisão ainda comportar recurso, a Fazenda Nacional está impedida de autuar, lançar e cobrar PIS e COFINS das cooperativas de crédito do Sicoob Goiás Central. Quando esta decisão se tornar definitiva, as cooperativas terão direito de pleitear o resarcimento à Fazenda Nacional dos depósitos efetuados a título de COFINS. No caso do PIS, não foi efetuado depósito judicial para o mesmo, mas o valor principal provisionado está atualizado pelos encargos incidentes.

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDI-RURAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da cooperativa está assim representado:

Nomenclatura	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	250.480.329	209.377.801
Capital de Domiciliados no País	251.248.521	209.765.384
(-) Capital a Realizar	(768.192)	(387.583)
Reserva de Sobras	118.420.193	96.249.092
Reserva Legal	85.551.117	65.686.549
Reserva Estatutária para Aumento de Capital	32.869.076	30.562.543
Total	368.900.522	305.626.893

O Capital Social, constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 6.830 (seis mil, oitocentos e trinta) associados. Cada associado possui 01 (um) voto, independentemente da quantidade de cotas que o mesmo detenha, sendo este pessoal e intransferível.

NOTA 19 - SOBRAS LÍQUIDAS

As sobras líquidas a destinar ao final do exercício de 2017 importam em R\$ 54.781.793 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil, setecentos e noventa e três reais) e estão assim demonstradas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	71.186.681	62.945.413
Utilização do FATES	1.082.159	936.669
Resultado com Terceiros (ao FATES)	(1.265.941)	(1.062.164)
Rendas Não Operacionais	(54.497)	(8.507)
Juros ao Capital Próprio	(16.166.609)	(15.792.113)
Sobras Ajustadas	54.781.793	47.019.298
(-) Destinações Estatutárias		
(-) FATES (5%)	(2.739.090)	(2.350.965)
(-) Reserva Legal (30%)	-	(14.105.789)
(-) Reserva Legal (35%)	(19.173.628)	-
(-) Fundo para Aumento de Capital (65%)	-	(30.562.543)
(-) Fundo para Aumento de Capital (60%)	(32.869.076)	-

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/09/2017, houve a aprovação da alteração do artigo 74, incisos I e III, que passaram a estabelecer os percentuais de destinação das sobras em 35% para a Reserva Legal e 60% para a Reserva Estatutária para Aumento do Capital.

NOTA 20 - PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do



Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 21 - INGRESSOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	360.835	349.267
Rendas de Empréstimos	50.646.982	38.620.694
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.395.026	2.740.092
Rendas de Financiamentos	11.060.113	11.693.497
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	10.974.465	29.158.324
Rendas Financ. Rurais - Aplicações com Recursos Livres	15.167.079	-
Rendas Financ. Rurais - Aplic. Rec. Direcionados à vista (obrigatórios)	2.513.473	-
Rendas Financ. Rurais - Aplic. Rec. Direcionados Poupança Rural	2.378.804	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanciadas	5.316.713	11.237.813
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.304.896	418.021
TOTAL	104.118.386	94.217.708

NOTA 22 - OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	38.822	16.671
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	27.497.872	41.147.409
Dividendos	1.562.967	1.134.370
Distribuição de Sobras da Central	457.508	-
Reversão de Provisões Operacionais	2.778.787	-
Outras Rendas Operacionais	4.318.305	3.784.702
TOTAL	36.654.261	46.083.152

NOTA 23 - OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(48.575)	(130.824)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(8.096)	(7.707)
Provisão para Demandas Judiciais	(33.210)	(678.433)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(10.951)	(5.247)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(6.290)	(2.858)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(216.556)	(248.980)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(2.863.195)	(1.472.874)
Outras Despesas Operacionais	(102.955)	(78.355)
TOTAL	(3.289.828)	(2.625.278)

NOTA 24 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2017	2016
Ganhos de Capital	54.455	8.507
Outras Rendas não Operacionais	42	-
(-) Perdas de Capital	(14.012)	(11.144)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(5.633)	-
Resultado Líquido	34.852	(2.638)

NOTA 25 - PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e se caracterizam, basicamente, por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: fidejussória, penhor, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

a) Saldos e transações com o pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Principais saldos	31/12/2017	% em relação ao total
Ativo		
Operações de Crédito	21.164.924	4,193%
Passivo		
Depósitos à vista	1.699.237	1,865%
Depósitos a prazo	6.628.558	4,873%
LCA	11.183.501	8,762%
Patrimônio líquido		
Capital Social	8.131.576	3,246%

b) Saldos e transações com as superintendências:

Principais saldos	31/12/2017	% em relação ao total
Ativo		
Operações de Crédito	64.545	0,013%
Passivo		
Depósitos à vista	21.000	0,023%
Depósitos a prazo	67.617	0,050%
LCA	374.637	0,294%
Patrimônio líquido		
Capital social	176.605	0,071%

NOTA 26 - ACORDO DE COMPENSAÇÃO

Trata-se de aplicações do Sicoob Credi-Rural mantidas no Sicoob Goiás Central, objeto de Acordo de Compensação (ACO) relativamente às operações da cooperativa junto ao Bancoob, em cumprimento ao artigo 3º Resolução CMN 3.263/2005".

Os saldos foram zerados no mês de dezembro/2017, tendo em vista movimentação das aplicações que a cooperativa mantinha no Bancoob, que estavam vinculadas como garantias na centralização financeira e agora estão como garantias nas operações das LCA's.

NOTA 27 - COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO SUDOESTES GOIANO - SICOOB CREDI-RURAL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA. - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDI-RURAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 28 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atende-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br), relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDI-RURAL objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB CREDI-RURAL aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CREDI-RURAL possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CREDI-RURAL objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CREDI-RURAL aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizada pelo BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CREDI-RURAL possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDI-RURAL objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB CREDI-RURAL aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório

disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo continuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

NOTA 29 - SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 30 - ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado o índice de Basileia de 58,59% em 31/12/2017, enquadrado de acordo com Banco Central.

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2017.

Antonio Chavaglia

Presidente Conselho de Administração
CPF: 025.686.831-0

Fábio Bellintani Iplinsky

Diretor Administrativo
CPF: 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro

Diretor Operacional
CPF: 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro

Contador CRC-GO 014853/0-7
CPF: 280.739.338-10



Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob Credi-Rural
Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob Credi-Rural**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Credi-Rural** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Credi-Rural para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 2 de fevereiro de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 7 de fevereiro de 2018



NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO

Contador CRC/DF nº 013421/0-9

CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, sigla Sicoob Credi-Rural, examinamos o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício – sobras e perdas, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e ainda das notas explicativas anexas. Nossos exames incluíram verificações nos controles internos e visitas aos entrepostos da Cooperativa, quando procedemos ao exame das operações realizadas durante o referido período, através de análise de documentos, lançamentos contábeis e ainda de conciliações físicas.

Com base nos exames, verificações, parecer da Auditoria Independente, somos de parecer que as demonstrações representam adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Credi-Rural, em 31 de dezembro de 2017, bem como o resultado do exercício.

Rio Verde - GO, 06 de fevereiro de 2018.

Adriano Popp

Armante Campos Guimarães Júnior

Carlos Roberto Marques Júnior

Henrique de Campos Citroni

Juzilane Carvalho Dias

Ricardo Martins Diniz